



**Brasil pós-pandemia.
Reconstruindo o capital social
e uma cultura política assertiva**

*Marcello Baquero
Jennifer Morais*

The background of the entire page is a close-up photograph of six lit matches. The matches are arranged in a horizontal line, with their heads pointing upwards. The flames are bright yellow and white, and the smoke is a light grey. The wall behind the matches has a rough, textured appearance. The matches are positioned behind two white text boxes that have a slight shadow, making them appear to be floating or attached to the wall. The text boxes are rectangular with a slight trapezoidal shape, and they contain the 'resumo' and 'abstract' sections respectively. The overall color palette is muted, with greys, blacks, and whites, punctuated by the yellow and white of the flames.

resumo

A pandemia de covid-19, que há mais de um ano assola o país, onde o governo incumbente tem minimizado o seu impacto devastador, vem afetando os princípios democráticos gerando uma polarização ideológica na sociedade brasileira e produzindo um estado de intolerância exacerbada. A combinação da pandemia com a polarização tem se enraizado e dividido o país, reduzindo os espaços cívicos de envolvimento político cidadão. Este artigo tem por objetivo examinar o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro.

Palavras-chave: pandemia; democracia; capital social; cultura política.

abstract

The covid-19 pandemic, which has ravaged the country for more than a year has been aggravated by the incumbent government which has minimized its devastating impact, affecting the democratic principles, and producing an ideological polarization in Brazilian society creating a state of exacerbated intolerance. The combination of the pandemic and the growing polarization has taken root and divided the country reducing the civic spaces of citizens political involvement. This article seeks to examine the impact of the pandemic on the construction of negative institutional social capital (government-society) and the type of political culture that will emerge in the future.

Keywords: *pandemic; democracy; social capital; political culture.*

O

surgimento da pandemia de covid-19 e a forma como foi gerenciada pelo governo federal vêm gerando um impacto negativo na vida econômica e social do Brasil, pois produziu uma nova forma de crise, causando incertezas e novos comportamentos e atitudes no campo político.

De modo geral, os países se viram forçados a implementar medidas impopulares como quarentenas e a proibição de aglomerações, que visavam a prevenir uma maior contaminação. Políticas de proteção, como o auxílio financeiro emergencial, também foram adotadas. Nos países onde tais medidas foram aplicadas houve um melhor controle da contaminação. Não foi esse o caso do Brasil, onde a pandemia não foi enfrentada de forma efetiva pelo governo de Jair Bolsonaro, provocando, no início do segundo ano, uma crise sistêmica sem precedentes.

A combinação de uma sindemia, isto é, o papel que a autoridade máxima desempenha no agravamento da crise pandêmica, com a crise social tem produzido um ambiente de incerteza, comprometendo os laços sociais coletivos, desconstruindo o frágil capital social existente. Adicionalmente, tem contribuído para aumentar o ceticismo dos cidadãos em relação à democracia, sobretudo no que diz respeito às instituições e representantes políticos. O cenário que emerge se aproxima daquilo que Tuchman (1985) denominou de “marcha da insensatez”, no qual há uma perda de racionalidade e o despertar da face obscura da condição humana. Este é o caso da pandemia de covid-19 que há mais de

MARCELLO BAQUERO é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

JENNIFER MORAIS é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

um ano assola o Brasil com um governo incumbente que desdenha seu efeito devastador na sociedade.

Assim, o país, além de experimentar uma crise sanitária sem precedentes em sua história, enfrenta, também, problemas graves de polarização e radicalização política. Pesquisas recentes de opinião pública mostram que cresce exponencialmente o número de brasileiros que não confiam nas instituições políticas responsáveis pelo bem-estar dos cidadãos.

Neste artigo examinamos o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro. Os dados analisados são da pesquisa “Valores em Crise”, em sua primeira onda, aplicada nos meses de maio e junho de 2020, com 3.543 brasileiros.

A magnitude do impacto da pandemia pode ser avaliada tendo como pano de fundo a situação em agosto de 2021, com mais de 560 mil mortos. Além de 14,8 milhões de desempregados, sem falar de 19,1 milhões de famintos em um universo de 116,8 milhões que não tiveram acesso pleno e permanente à comida. Estes são dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir de uma pesquisa realizada em dezembro de 2020, quando o auxílio emergencial estava sendo pago em parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600. No final de 2020, a fome chegava a 9% da população, a maior taxa desde 2004. A situação ficou ainda pior, depois que Bolsonaro suspendeu o pagamento do benefício nos três primeiros meses de 2021 (Sakamoto, 2021).

Nesse contexto, a pandemia reduziu os espaços cívicos no Brasil. As iniciativas

de grupos sociais e movimentos cívicos que atuam como fiscalizadores das instituições políticas e seus representantes ficaram paralisadas. Isso permitiu que o governo tomasse medidas sem transparência e deletérias para o país, reduzindo os níveis de capital social institucional, produzido na relação entre Estado e sociedade, e colaborando para a constituição de uma cultura política com menos valores, normas e comportamentos democráticos.

Uma cultura política com essas características tende a levar a democracia a experimentar um processo de desinstitucionalização. As pessoas passam a desconfiar umas das outras, famílias se distanciam e a tendência é a institucionalização da indiferença e da falta de empatia. Dados de pesquisas recentes mostram que a profundidade das divisões políticas, econômicas, culturais e ideológicas abriu caminho para a institucionalização da polarização política, a qual representa uma ameaça real para o fortalecimento democrático. De fato, nunca o país mostrou tamanha divisão política entre seus cidadãos.

Um dos elementos centrais para restaurar a unidade nacional é o papel que o governo incumbente desempenha nesse processo. Tal esforço parece improvável na gestão do presente governo comandado por Jair Bolsonaro. Aceitar que somos uma nação dividida pode ser o primeiro passo para encontrar as prioridades que possam nos reunificar.

Do ponto de vista da formação de capital social, constata-se uma diminuição da ação coletiva entre as pessoas. A sociedade civil está fragilizada pela sindemia e outros fatores, tais como o aumento da radicalização política e o surgimento de práticas

políticas iliberais, ou seja, utilização de práticas autoritárias por um governo eleito democraticamente. Nesse cenário, instrumentos de fiscalização política cidadã – mobilizações, comícios e passeatas – se tornaram quase nulos. As iniciativas de fiscalização cívica e social dependem da capacidade das comunidades locais participarem em manifestações e protestos, os quais foram, devido à pandemia, limitados. Adicionalmente, os meios de comunicação não têm proporcionado uma cobertura adequada dos acontecimentos e das ações de sindemia de governo. Isso abriu espaço para o fortalecimento de redes sociais e a proliferação de *fake news*. Consequentemente, a redução dos espaços cívicos e a limitação da participação da sociedade civil enfraquecem ainda mais a constituição de capital social e não promovem a solidificação de uma cultura política assertiva.

Assistimos, presentemente, a uma situação de deslegitimação democrática. Tal processo contribui para a (des)ativação da participação política dos cidadãos. No caso brasileiro é o próprio Estado que gera a despolitização da sociedade, ao não prover condições materiais mínimas de uma qualidade de vida socialmente justa. Na conjuntura atual de crise sanitária, esse processo se agrava pelo aumento significativo do senso de insegurança da população a respeito do seu futuro e do próprio país. Embora a pandemia tenha propiciado o aumento da participação virtual com a criação de centenas de contas nas mídias sociais, essa participação tem contribuído para acirrar o nível de intolerância entre as pessoas. Resultado desse cenário é a manutenção de uma cultura política onde a passividade, a fragmentação e, sobretudo, a

polarização política se fortalecem. Nessas circunstâncias, gerar capital social positivo num contexto de crise política e econômica conjugada com uma crise sanitária sem precedentes é problemático.

O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA CRISE

A maior ameaça à democracia, segundo Putnam (1996), é uma cultura política onde a indiferença e a passividade dos cidadãos em relação à política se institucionalizam. A história tem mostrado que a democracia não pode prosperar em épocas de crise, ou na solução de problemas na base da informalidade. Nesse sentido, a saída da crise pós-pandemia exigirá um esforço redobrado de reconstituição de capital social positivo, além de promover um empoderamento efetivo dos cidadãos para um maior protagonismo e participação na política.

A dimensão central do capital social visa a responder a duas perguntas que envolvem as dimensões de confiança e reciprocidade. Primeiramente, pode o capital social solidificar um sistema democrático? Em segundo lugar, é a solidariedade crucial para a construção de uma cultura política mais assertiva?

Tais questões foram foco de análise em países que enfrentaram situações de crise de várias naturezas (climáticas, de meio ambiente e sanitárias, entre outras), resultando em diretrizes a serem assumidas pelos Estados afetados para contornar seus impactos negativos (Furtado, 1964; Esping-Andersen, 1995; Bresser-Pereira, 1996; Fountain, 2001; Franke, 2014).

No caso específico de catástrofes e desastres, os debates têm se direcionado

para compreender os riscos e perigos que alteram profundamente a dinâmica econômica, sobretudo em relação ao aumento das desigualdades sociais, apontando para a necessidade de se criar instrumentos capazes de ajudar no processo de recuperação pós-catástrofe (Adger, 2003; Aldrich & Meyer, 2015; Smiley, Howell & Elliott, 2018; Behlendorf, Jadoon & Penta, 2020). Ilustrativo dessa situação é o caso de Nova Orleans com o furacão Katrina¹, que atingiu mais de 200 mil casas na região litorânea do sul dos Estados Unidos em 2005².

O caso de Nova Orleans mostrou que os aspectos sociais e coletivos e a resiliência no período pós-crise foram decisivos para a recuperação da área afetada, além dos fatores mais imediatos como a economia, a infraestrutura física e os recursos individuais (Aldrich & Meyer, 2015). Pontualmente, constatou-se que a resiliência depende do comprometimento coletivo que os indivíduos têm com suas comunidades, da força dos laços sociais, da solidariedade e reciprocidade entre os membros das comunidades e da confiança interpessoal e institucional, em outras palavras, do capital social existente.

O grau de comprometimento coletivo entre os cidadãos por ocasião do furacão Katrina serve como ponto de referência para avaliar a importância do capital social. Os

estudos que analisaram seu efeito na recuperação econômica das regiões atingidas podem ser divididos em duas abordagens: 1) a que demonstrou a importância das ações governamentais, que corroboraram para a constituição de capital social (Pettersen et al., 2018); e 2) a que evidenciou crescimento econômico mais forte em comunidades com altos índices de capital social (Hawkins & Maurer, 2010; Aldrich & Meyer, 2015).

Na primeira abordagem, os estudos apontaram o impacto decisivo da atuação institucional na recuperação econômica após a catástrofe. Observou-se um aumento dos níveis de capital social, que produziram um sentimento coletivo e uma resiliência que facilitaram a retomada econômica das comunidades, onde as instituições políticas, econômicas e socioculturais eram robustas (Boettke et al., 2007) e as medidas emergenciais de apoio financeiro às famílias atingidas e políticas públicas de estímulo à retomada econômica foram priorizadas (Wang & Ganapati, 2018).

Na segunda abordagem, as análises centraram-se em observar os níveis já existentes de capital social nas comunidades e seus efeitos na recuperação econômica. A esse respeito, Aldrich e Meyer (2015), ao analisarem os desastres causados pelo furacão Katrina e o terremoto de 2011 em Tohoku, no Japão, destacaram o papel do capital social na resiliência das comunidades atingidas. Segundo eles, de maneira geral, os governantes não investem em iniciativas de promoção de CS que já se mostraram valiosas na resolução de problemas sociais e de bem-estar da população, tais como: criar fortes laços com os vizinhos, saber o nome do síndico do condomínio e ter experiência em trabalhar com ONGs locais.

1 Foi uma tempestade tropical que alcançou a categoria 3 da escala de furacões de Saffir-Simpson em terra firme e categoria 5 no Oceano Atlântico.

2 Além das mortes e da destruição de propriedades e de infraestrutura pública, o furacão paralisou a extração de petróleo e gás natural nos Estados Unidos, resultou em perda total da indústria madeireira e aumentou o desemprego, gerando efeitos econômicos de longo alcance.

Tais fatores têm se mostrado decisivos na superação das consequências advindas de catástrofes, bem como na ajuda psicológica aos setores mais vulneráveis. No contexto local, bairros com maior engajamento cívico se recuperaram mais rapidamente, independentemente do tamanho dos danos e dos recursos individuais investidos. Ou seja, o capital social societário auxilia na diminuição de desigualdades sociais em momentos de crise.

Dado que o capital social, como outras formas de capital, pode ser gerado ou degradado, nosso foco como indivíduos e como nação precisa se voltar para aumentar a coesão social e aprofundar a confiança nas comunidades. A iniciativa, por parte das autoridades competentes, precisa, portanto, se orientar para o investimento em programas que construam pontes: (1) entre os grupos nas comunidades; e (2) dessas com as instituições formais, pois as conexões dentro e entre os indivíduos de uma comunidade proporcionaram resiliência crítica nas crises enfrentadas.

Os estudos examinados convergem para o princípio de que o capital social desempenha papel decisivo para o desenvolvimento econômico e social, principalmente em momentos de desastres que geram paralisia econômica e aumento de desigualdades sociais. A existência de recursos coletivos e sociais tende a gerar benefícios, tanto individuais quanto comunitários. Desse modo, o capital social se constitui num elemento central de reativação da economia e de fortalecimento da cidadania, pois ajuda a promover a cooperação em nome de um objetivo maior.

A constituição de capital social, entretanto, deriva da cultura política exis-

tente. Uma cultura política assertiva, ou seja, orientada por valores democráticos, depende do grau de energia comunitária local que auxilia na coesão social da nação. Isso pressupõe que os gestores públicos deixem de considerar os setores socialmente vulneráveis como um problema, e sim como integrantes de um esforço coletivo na identificação de soluções para os problemas socioeconômicos.

Não incluir os setores socialmente marginalizados da população em esforços pós-desastre, como é o caso da pandemia, gera problemas de legitimidade, pois produz a percepção de injustiça e abandono do governo incumbente. Tal cenário cria uma cultura política regida por uma normatividade realista, com as pessoas internalizando normas e valores conjunturais construídos com base na desinformação. Este é o caso no Brasil contemporâneo.

Passamos, a seguir, a examinar os dados buscando encaminhar respostas às indagações formuladas neste artigo em relação às possibilidades de se produzir capital social no Brasil pós-pandemia.

SENTIMENTOS E VALORES DOS BRASILEIROS NA PANDEMIA

Dois sentimentos que parecem caracterizar o Brasil presentemente são o medo e a incerteza, gerados com as crises política e econômica e agravados pela crise na saúde, consequência da covid-19, somada ao negacionismo do governo federal em relação à gravidade da pandemia e à indiferença com o sofrimento da população. Conforme os dados da pesquisa “Valores em Crise”, 78% dos entrevistados responderam ter medo

(muito ou pouco) de que eles ou seus familiares fiquem doentes e sofram por causa do coronavírus e 83% disseram temer pelo seu futuro por conta de uma recessão econômica no pós-pandemia. Complementar ao medo, 65,3% acreditam que o país sairá gravemente prejudicado desta crise.

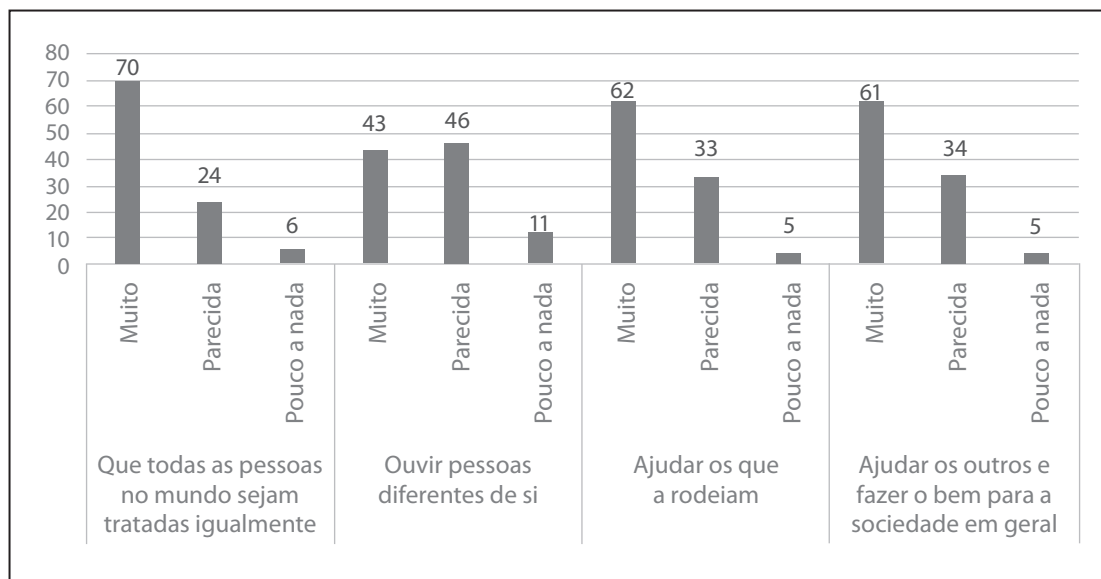
Esses sentimentos corroboram a percepção negativa do governo federal no enfrentamento ao coronavírus. Já no início da pandemia, em 2020, 56% avaliavam entre muito mal e mal o desempenho do governo em relação a essa questão. Acrescente-se a esse cenário as investigações de malversação de recursos públicos e omissões do governo federal no combate à pandemia descobertas pela CPI da Covid-19, instalada no Senado Federal desde 27 de abril de 2021.

Em relação às ações das pessoas durante a pandemia, indagou-se aos entrevistados se nos últimos dias estavam observando mais solidariedade ou mais hostilidade do que o normal. Nesse contato com outras pessoas, 45% dos entrevistados percebem um aumento no grau de solidariedade, enquanto 39% disseram que depende e apenas 16%, que há mais hostilidade.

Geralmente em épocas de crise, como a vivenciada no país, percebe-se um aumento na solidariedade. A partir disso, nos questionamos de que forma esses sentimentos e avaliações impactam na geração de capital social entre pessoas. Sabemos que o capital social, normalmente, é gerado em três dimensões: (1) encapsulamento; (2) horizontalidade; e (3) verticalidade. A partir dos dados do Gráfico 1, enfatizamos as

GRÁFICO 1

Avalia como muito parecida ou parecida com pessoas hipotéticas que acha importantes (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

duas primeiras, que estão presentes nas relações intragrupos e entregrupos. Na pesquisa, foi apresentada aos entrevistados uma lista com nomes de pessoas que defendiam determinados valores e solicitado que indicassem o quanto, em sua percepção, assemelhavam-se com essas pessoas.

Os resultados apontam que 94% se perceberam muito parecidos e parecidos com pessoas que acham importante que todos sejam tratados igualmente, enquanto 89%, com pessoas que acham importante ouvir a opinião dos outros. Em relação à solidariedade, 95% avaliaram importante ajudar os que os rodeiam, assim como 95% também concordaram ser importante ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral.

Embora as respostas dos entrevistados tenham alcançado, de modo geral, percentuais altos de identificação com tais

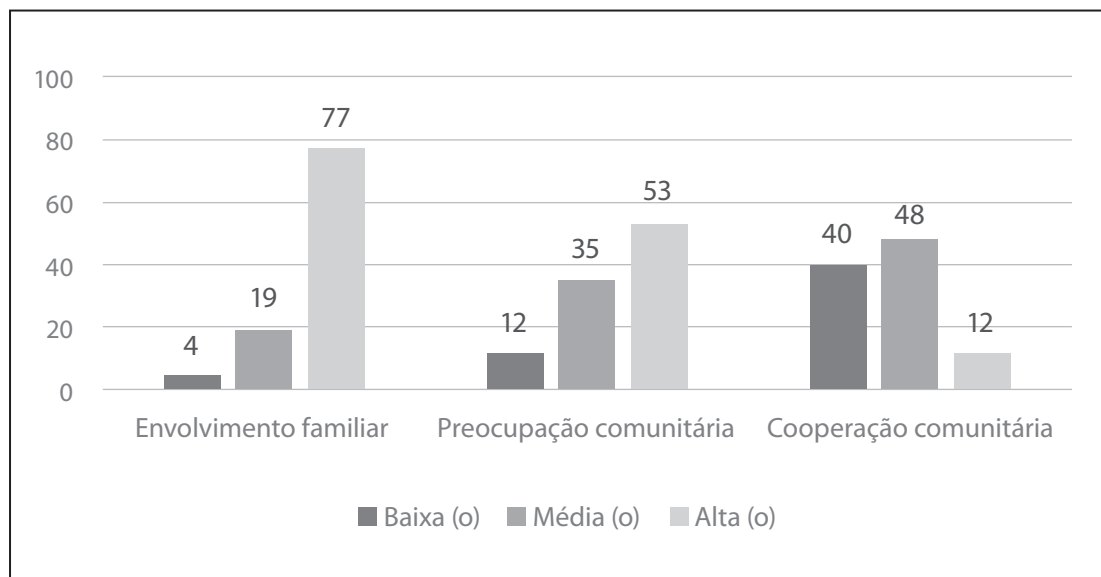
valores democráticos, é importante destacar a pouca ou nenhuma identificação com a categoria “Ouvir pessoas diferentes de si” (57%). Isso indica que, mesmo que capital social seja produzido entre os que têm o mesmo modo de pensar (encapsulamento), não há interesse em estabelecer um diálogo com pensamentos diferentes (capital social na dimensão horizontal). O resultado não pode ser outro senão o aumento da polarização no campo político e a naturalização do discurso do ódio.

No Gráfico 2, analisa-se o grau de envolvimento em atividades coletivas que produzam capital social, tanto na dimensão do encapsulamento quanto da horizontalidade, ou seja, com a comunidade.

Os dados indicam um elevado grau de envolvimento com a família (77%) e um patamar intermediário (53%) de preocupa-

GRÁFICO 2

Índices de envolvimento com a família e a comunidade (%)



n = 3543

Fonte: “Valores em Crise” (2020)

ção com o bem-estar da comunidade. No entanto, a preocupação dos entrevistados com a convivência comunitária não está se materializando em comportamento de cooperação comunitária, visto que somente 12% manifestaram desejo de se envolver em ações comunitárias. Do ponto de vista da construção de uma cultura política assertiva, quando há uma dissonância entre o que as pessoas pensam e o que fazem na prática, pode produzir passividade, baixa autoestima e hostilidade em relação, neste caso, à política e aos políticos.

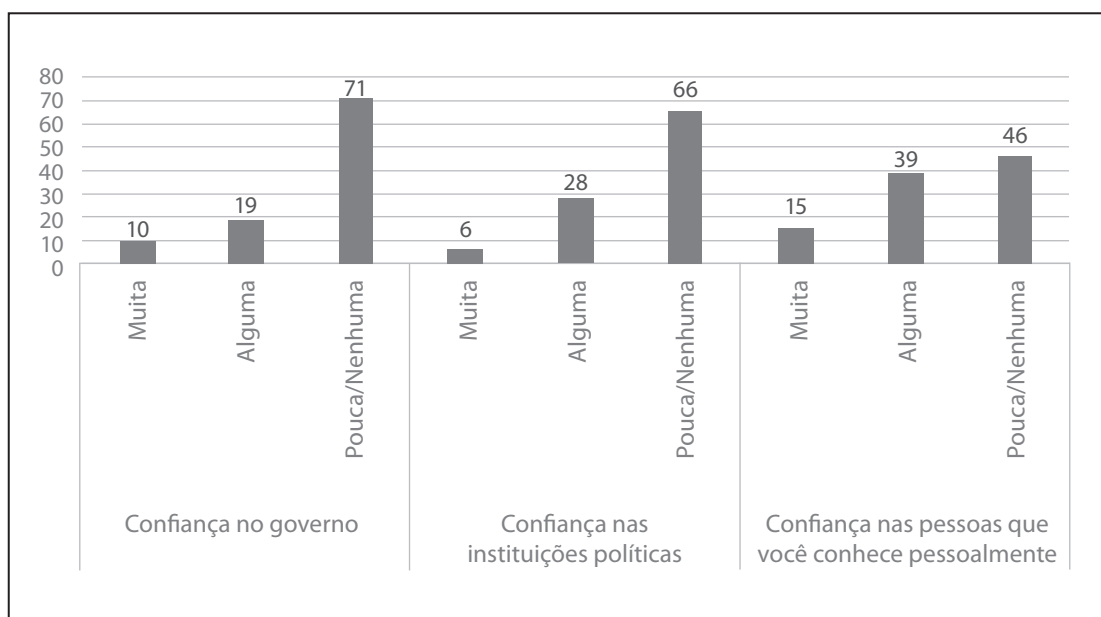
Quando indagados a responderem sobre seus sentimentos em relação a serem brasileiros, os entrevistados mostraram ser solidários e sentir orgulho (61% apontaram sentir entre muito e bastante orgulho).

No entanto, assim como no passado, tais atitudes não têm se transformado estruturalmente em comportamento democrático com elevados níveis de capital social (Baquero, 2013; Moisés, 2013). Os brasileiros continuam a evidenciar baixos níveis de participação política e uma elevada desconfiança política. Essa combinação pode auxiliar no entendimento de paradoxos como aquele que se refere à valorização democrática conjugada com desconfiança institucional e à defesa do retorno de regimes autoritários, como podemos observar nos Gráficos 3 e 4.

Como referido anteriormente, a desconfiança é uma característica histórica da cultura política brasileira, limitando a constituição de capital social, tanto horizontal quanto verticalmente, apesar do sentimento

GRÁFICO 3

Confiança nas instituições formais e pessoais (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

subjetivo dos entrevistados de valorizar a solidariedade. Conforme os dados do Gráfico 3, 71% desconfiam do governo, 66%, das instituições políticas e 46%, das pessoas próximas.

A combinação de desconfiança com mobilizações pontuais entre grupos opositores, começando com as manifestações de junho de 2013, gerou um ambiente de polarização dicotomizada no país entre esquerda e direita. Importante destacar que entre aqueles que se identificaram com a direita foi levantada a bandeira de apoio ao Exército e ao retorno do regime militar no país, escancarando a instabilidade política que o país presentemente atravessa.

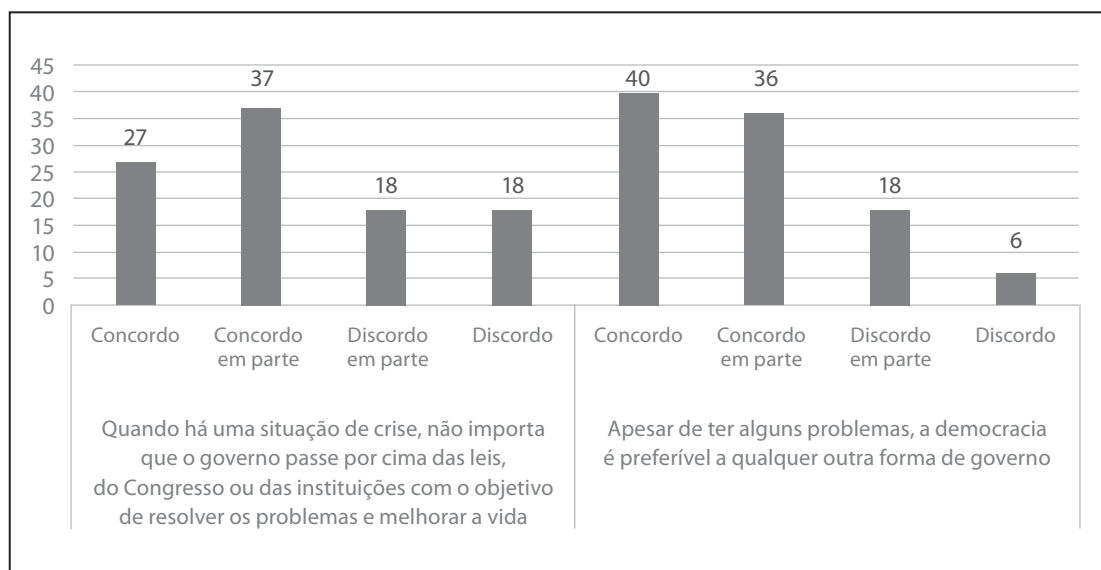
No Gráfico 4 observa-se que 64% dos entrevistados concordaram plena ou parcialmente com a afirmação “Quando há

uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida”. No entanto, paradoxalmente, 76% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, e 24% discordaram de tal afirmação.

Desse modo, os dados examinados neste período de pandemia sugerem que o padrão histórico da persistência de uma cultura política apática, caracterizada pela incongruência entre a existência de um sistema democrático e a disseminação de valores que questionam esse sistema, tem se agudizado. Constatamos que, apesar de uma percepção maior de solidariedade na sociedade e um aumento no apoio a valores democrá-

GRÁFICO 4

Avaliação política dos entrevistados sobre a forma de governo (%)



n = 3543

Fonte: “Valores em Crise” (2020)

ticos no início da pandemia, tais atitudes não se materializam em um comportamento democrático institucionalizado, muito menos na constituição de capital social.

A RELAÇÃO ENTRE IMPACTOS ECONÔMICOS E OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL

Como construir capital social num contexto de uma crise sanitária para recuperar a autoconfiança dos cidadãos, nos moldes utilizados por países que conseguiram recuperar a economia via ação coletiva? Os estudos apresentados apontam para o papel crucial que as ações governamentais desempenham em períodos pós-pandemias (Pettersson et al., 2006; Deryugina, Kawano & Levitt, 2014; Rackin & Weil, 2015; Wang & Ganapati, 2018). Assim, é importante examinar como o governo brasileiro tem enfrentado a pandemia e que ações está tomando para o futuro.

De maneira geral, no campo econômico todos os setores foram pressionados a limitar sua capacidade de produção e oferta de mercadorias. Muitos setores foram obrigados a fechar, produzindo desemprego, desigualdade social e o aumento da pobreza. A indústria de turismo praticamente ficou paralisada. A volta ao “normal”, tudo indica, será lenta e demorada. Enquanto os países mais desenvolvidos estão voltando, gradativamente, a uma certa normalidade, na medida em que têm alcançado índices de imunização de mais de 50% da população, no Brasil a situação é dramática e existe uma incerteza a respeito de quanto tempo será necessário para colocar o país no trilho da recuperação econômica, sani-

tária e social. Presentemente, o índice de transmissão continua elevado e o ritmo da vacinação, lento.

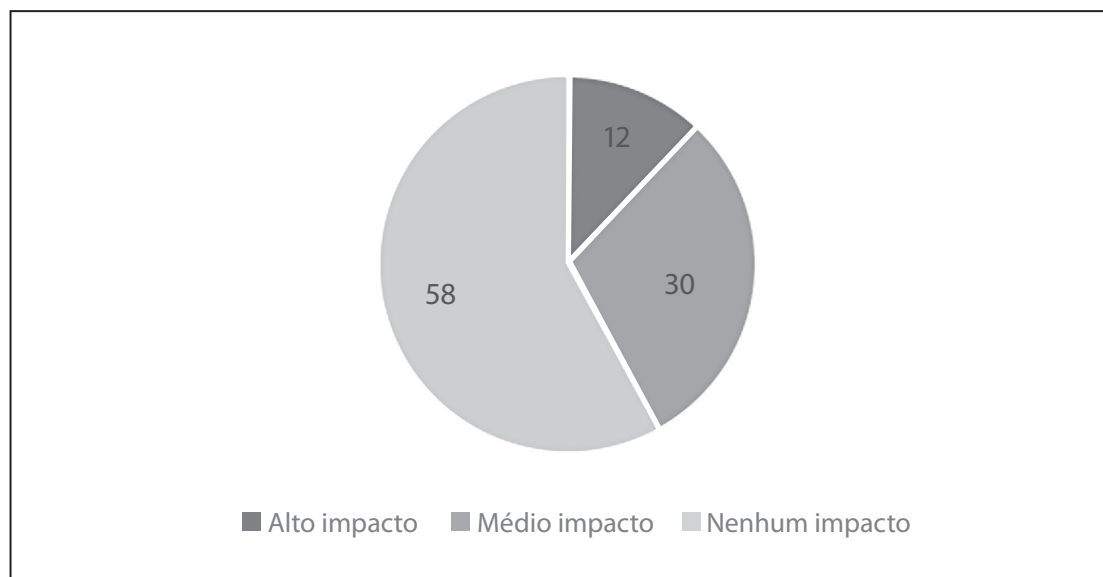
Nesse sentido, as análises a seguir apresentam a relação entre os impactos econômicos da pandemia e o recebimento de auxílio emergencial com a cultura política e o capital social. O Gráfico 5 mostra o impacto econômico³ sofrido no início da pandemia pelos entrevistados.

Cerca de 42% dos entrevistados foram, de alguma forma, afetados economicamente. Desde o início da pandemia se estabeleceu uma divergência entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e os governadores e prefeitos. Os governadores e prefeitos defendiam a implantação de restrições como fechamento do comércio, enquanto o governo federal defendia a abertura da economia para garantir a manutenção do emprego. Tal conflito de prioridades resultou numa situação em que os empregos não foram garantidos, houve aumento da inflação e mais de meio milhão de brasileiros perderam suas vidas pela falta de vacinas e políticas públicas para combater a pandemia.

A falta de um planejamento efetivo no enfrentamento da pandemia por parte do governo federal, principalmente na proteção econômica dos mais vulneráveis, agravou a situação do país em todas as frentes. O

3 O índice de impacto econômico foi construído com base nas questões de perda de emprego, fechamento de estabelecimentos e diminuição na jornada de trabalho (com valores 0,00 para quem não foi impactado e 1,00 para quem foi impactado), ocorridos entre os meses de maio e junho de 2020. Três categorias formam o índice: 1 = alto impacto (valores 0,67 e 1,00), 2 = médio impacto (valor 0,33) e 3 = nenhum impacto (valor 0,00).

Índice de impacto econômico (%)



n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

auxílio emergencial, implementado a partir de abril de 2020, na percepção dos entrevistados, pouco tem atenuado os mais necessitados, apesar de 40% dos entrevistados confirmarem estar recebendo dinheiro de algum auxílio emergencial.

Como esses fatores impactam na construção da cultura política do país e como o capital social pode ajudar a revitalizar o estado de desencanto que presentemente os brasileiros experimentam? Para responder a essa questão, inicialmente analisamos como o impacto econômico gerado pela pandemia afetou os sentimentos de incerteza dos entrevistados (Tabela 1).

Como foi apontado no início do artigo, o sentimento de medo dos entrevistados em relação ao futuro impactou economicamente os mais socialmente vulneráveis,

que, conseqüentemente, se mostraram mais temerosos do que poderia acontecer a ele(a) e sua família: 53% responderam ter medo de ficar doente e sofrer e 61%, de sofrer por conta da recessão econômica após a crise. O mesmo sentimento é compartilhado por aqueles que recebem auxílio emergencial: 50% responderam ter muito medo de ficar doente e sofrer e 54%, de sofrer por conta da recessão econômica. Se em um contexto de "normalidade" esse sentimento está presente, fruto da desigualdade social, na época da pandemia ele se agrava.

O medo causa impacto nas atitudes e nos comportamentos políticos dos cidadãos, especialmente, porque pode levar a reações negativas e radicais. Soma-se a esse medo o isolamento e a corrosão das relações sociais. Com isso, a partir da Tabela 2,

TABELA 1

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x medo por você e pela família na pandemia (%)

	Índice de impacto econômico	
	Muito medo de ficar doente e sofrer muito	Muito medo de sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise
Alto impacto	53	61
Médio impacto	48	55
Nenhum impacto	41	41
	Auxílio emergencial	
	Muito medo de ficar doente e sofrer muito	Muito medo de sofrer por conta de uma recessão econômica após a crise
Sim	50	54
Não	40	44

n = 3543

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

TABELA 2

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x percepção de solidariedade na pandemia (%)

	Índice de impacto econômico
	Percebe mais solidariedade
Alto impacto	30
Médio impacto	44
Nenhum impacto	46
	Auxílio emergencial
	Percebe mais solidariedade
Sim	42
Não	47

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

procuramos responder de que forma esses aspectos impactam a percepção de solidariedade na pandemia.

No início da pandemia eram comuns ações de solidariedade, especialmente nas comunidades, que buscavam ajudar as famílias impactadas. Porém, gradualmente, o cansaço, o medo e as incertezas começaram a se materializar em um desgaste emocional e financeiro. Os dados da tabela acima indicam que os entrevistados que não sofreram nenhum impacto econômico (46%) e aqueles que não receberam auxílio emergencial (47%) são os que perceberam um aumento de

solidariedade durante a pandemia. São os dois lados da mesma moeda: por um lado, estão aqueles que pela sua situação econômica não sentem os efeitos da pandemia e procuram ajudar os outros, e, por outro lado, os receptores de algum tipo de apoio, auxílio este interpretado, pelos entrevistados, como uma dádiva e não como uma obrigação do Estado.

Pela mesma lógica da tabela anterior, os dados da Tabela 3 reforçam a ideia de que os mais impactados economicamente pela pandemia e que recebem auxílio emergencial se identificam mais com valores de igualdade, tolerância e solidariedade.

TABELA 3

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x avalia como muito parecida ou parecida com pessoas hipotéticas que acha importantes (%)

	Índice de impacto econômico			
	Pessoas sejam tratadas igualmente	Ouvir pessoas diferentes de si	Ajudar os que o rodeiam	Ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral
Alto impacto	68	49	64	70
Médio impacto	74	45	65	64
Nenhum impacto	68	41	60	59
	Auxílio emergencial			
	Pessoas sejam tratadas igualmente	Ouvir pessoas diferentes de si	Ajudar os que o rodeiam	Ajudar os outros e fazer o bem para a sociedade em geral
Sim	72	45	63	62
Não	68	41	61	60

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

TABELA 4

Índices de envolvimento com a família e a comunidade (nível alto) (%)

	Índice de impacto econômico		
	Envolvimento familiar*	Preocupação comunitária**	Cooperação comunitária*
Alto impacto	67	47	15
Médio impacto	79	53	13
Nenhum impacto	77	54	11
	Auxílio emergencial		
	Envolvimento familiar**	Preocupação comunitária**	Cooperação comunitária*
Sim	76	52	12
Não	77	53	12

n = 3543, * p ≤ 0,05, ** p ≥ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

O envolvimento e a cooperação comunitária se constituem em um dos desafios que se colocam para o período pós-pandemia com vistas à constituição de capital social na sociedade. Presentemente, como foi visto no Gráfico 1, de maneira geral os entrevistados apresentam níveis mais altos de envolvimento familiar e de preocupação comunitária; no entanto, está longe de se constituir em base sólida e permanente de geração de comportamentos de cooperação comunitária, como pode ser observado na Tabela 4.

Os dados da Tabela 4 indicam que os cidadãos que não experimentaram nenhum impacto econômico demonstram um maior envolvimento familiar (77%) e maior preocupação comunitária (54%), porém pouco ou nada se envolveram em ações comu-

nitárias (11%). E, com relação ao auxílio emergencial, não se percebe um efeito nestes índices de envolvimento, pois não há diferenças significativas entre os que receberam e não receberam o auxílio.

Nesse sentido, a atuação do Estado é vista como insuficiente tanto para minimizar os impactos socioeconômicos, como para colaborar com a constituição de capital social no país. Podemos avaliar que a insuficiência do auxílio emergencial se dá pela negação do governo federal da importância deste auxílio, pela dificuldade em conseguir se cadastrar para receber, pelo valor e pelas repetidas tentativas de se descontinuar a provisão do auxílio.

Nesse contexto, não foi novidade constatar os altos níveis de desconfiança dos

TABELA 5

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x desconfiança nas instituições formais e pessoais (%)

	Índice de impacto econômico		
	Governo*	Instituições políticas*	Pessoas*
Alto impacto	71	67	52
Médio impacto	74	68	47
Nenhum impacto	69	65	45
	Auxílio emergencial		
	Governo**	Instituições políticas**	Pessoas*
Sim	71	66	53
Não	71	66	41

n = 3543, * $p \leq 0,05$, ** $p \geq 0,05$

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

entrevistados nas esferas institucional e interpessoal (Tabela 5).

Conforme a Tabela 5, os níveis de desconfiança institucional e interpessoal são elevados. Entre os entrevistados com alto índice de impacto econômico, 71% responderam desconfiar do governo, 67%, das instituições políticas e 52%, das pessoas. Entre os que receberam auxílio emergencial, 71% apontaram desconfiar do governo, 66%, das instituições políticas e 53%, das pessoas. Estes resultados reforçam nosso argumento de que a percepção da existência de solidariedade numa situação de crise tende a ser temporária e não representa um elemento estrutural da constituição de uma nova cultura política.

Adicionalmente, as inconsistências geradas por um desastre, como a pandemia, produzem atitudes algumas vezes incongruentes, como podemos perceber na Tabela 6, com a avaliação dos entrevistados sobre a forma de governo.

Os dados da Tabela 6 indicam uma relação entre o alto impacto econômico sofrido na pandemia e o eventual apoio a um golpe institucional, bem como uma discordância de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Esta mesma relação é perceptível entre aqueles que receberam auxílio emergencial. Ou seja, as consequências econômicas num contexto de crise geram um distanciamento e descontentamento com o funcio-

TABELA 6

Relação entre impacto econômico e auxílio emergencial x avaliação política dos entrevistados sobre a forma de governo (%)

	Índice de impacto econômico	
	Concorda totalmente que quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida	Discorda que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
Alto impacto	34	30
Médio impacto	28	25
Nenhum impacto	25	23
	Auxílio emergencial	
	Concorda que quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida	Discorda que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
Sim	32	27
Não	24	22

n = 3543, p ≤ 0,05

Fonte: "Valores em Crise" (2020)

namento da democracia. A consequência desses sentimentos se traduz em atitudes de apoio a ações governamentais autoritárias, desvalorização das instituições políticas formais (Judiciário, FFAA, Congresso) e de instituições informais (igreja e meios de comunicação).

Em suma, concluímos que o alto impacto econômico e o recebimento de auxílio no início da pandemia no país estão relacionados com o aumento do temor sobre o futuro pessoal e do país,

com percepções de menos solidariedade e tolerância na sociedade, com desconfiança política e com predisposições, por parte significativa dos entrevistados, de apoio a um golpe institucional. Assim, o nível historicamente baixo de capital social no Brasil persiste na pandemia, mesmo para aqueles que receberam algum tipo de auxílio emergencial, sugerindo que o tipo de cultura política existente no país não experimentará transformações estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo deste trabalho de avaliar o impacto da pandemia na construção de capital social institucional negativo (governo-sociedade) e no tipo de cultura política que emergirá no futuro, constatou-se a redução dos espaços cívicos, que diminui a produção de capital social e mina as bases para a construção de uma cultura política assertiva. Desse modo, da mesma forma que em países que enfrentaram crises de várias naturezas, no caso do Brasil será imprescindível, para restaurar a unidade no país, promover a empatia, a solidariedade e o capital social positivo nas comunidades. Sem dar a devida atenção a esses fatores, a cultura política continuará a se manter passiva e apática, e não assertiva e de lealdade pessoal. Pesquisa realizada em julho de 2021 no Brasil constatou que 69% avaliam que o país está em declí-

nio e 72% consideram que a sociedade brasileira está falida (Ipsos Mori, 2021).

Mudar esse *status* da cultura política no país exigirá cooperação subjetiva e institucional. A eficácia das ações do Estado no contexto atual do Brasil é requisito para a constituição de capital social positivo na sociedade. A ausência de ações eficazes não contribuirá para aumentar o capital social positivo e restaurar a confiança institucional.

Concluimos reafirmando que a pandemia reduziu os espaços cívicos no Brasil, isolando, cada vez mais, os cidadãos das instituições políticas. Salientamos, assim, a importância da reativação das iniciativas de grupos sociais e movimentos cívicos atuantes na fiscalização das instituições políticas e seus representantes. A crise que o Brasil enfrenta requer soluções inovadoras, que possibilitem o envolvimento amplo da sociedade para o período pós-pandemia. Consideramos que o capital social pode desempenhar papel crucial nesse processo.

TABELA ANEXO 1

Análise fatorial de envolvimento comunitário			
	Envolvimento familiar	Preocupação comunitária	Cooperação comunitária
Sua família – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:	,776		
Seus vizinhos – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,741	
Pessoas que você conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,619	
Pessoas da cidade que você não conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,867	
Pessoas de outros lugares (cidades, estados, países) que você não conhece – Por favor, indique em que medida você se preocupa ou não com o bem-estar e as condições de vida dos seguintes grupos:		,870	
Sua família – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:	,751		
Seus vizinhos – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,742
Pessoas que você conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,680
Pessoas da cidade que você não conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,858
Pessoas de outros lugares (cidades, estados, países) que você não conhece – Por favor, indique com que frequência você se envolve na sua comunidade e coopera com os seguintes grupos para a resolução de problemas de interesse coletivo:			,848

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. "Social capital, collective action, and adaptation to climate change". *Economic Geography*, v. 79, n. 4, 2003 pp. 447-459.
- ALDRICH, D.; MEYER, M. "Social capital and community resilience". *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, 2015, pp. 254-69.
- BALL, J. *The world economy: trends and prospects for the next decade*. Londres, Needhams Design, 1994.
- BAQUERO, M. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2018.
- BAQUERO, M.; MORAIS, J. "Desigualdade e democracia na América Latina: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática". *Anais I SICP*. Porto Alegre, 2015, pp. 1-25.
- BEHLENDORF, B.; JADOON, A.; PENTA, S. "Rivalry and recovery: the social consequences of climatic hazards in rural India". *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 46, 2020, pp. 101-48.
- BOETTKE, P. et al. "The political, economic, and social aspects of Katrina". *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 2, 2007, pp. 363-76.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. "Da administração pública burocrática à gerencial". *Revista do Serviço Público*, ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- DERYUGINA, T.; KAWANO, L.; LEVITT, S. "The economic impact of hurricane Katrina on its victims: evidence from individual tax returns". *American Economic Journal Applied Economics*, v. 10, n. 2, 2014, pp. 1-46.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. "Some uses of happiness data in economics". *Journal of Economic Perspectives*, v. 20, n. 1, 2006, pp. 25-46.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R.; OSWALD, A. "The macroeconomics of happiness". *The Review of Economics and Statistics*, v. 85, n. 4, 2003, pp. 809-27.
- ESPING-ANDERSEN, G. "O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial". *Lua Nova*, n. 35, 1995, pp. 75-111.
- FOUNTAIN, J. E. *Building the virtual state*. Washington: Brookings, 2001.
- FRANKE, M. M. "State intervention in times of the global economic crisis", in E. Bohne et al. (eds.). *Public administration and the modern state*. London, Palgrave Macmillan, 2014, pp. 75-89.
- FURTADO, C. *Desarrollo y subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- HAWKINS, R.; MAURER, K. "Bonding, bridging and linking: how social capital operated in New Orleans following hurricane Katrina". *British Journal of Social Work*, v. 40, 2010, pp. 1777-93.
- KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Buenos Aires, Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2000.
- KRUEGER, A. "The political economy of the ren-seeking society". *American Economic Review*, v. 64, n. 3, 1974, pp. 291-303.
- PETTERSON, J. et al. "A preliminary assessment of social and economic impacts associated with hurricane Katrina". *American Anthropologist*, v. 108, n. 4, 2006, pp. 643-70.

- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- RACKIN, H.; WEIL, F. "Social capital and the repopulation of New Orleans after hurricane Katrina". *Annual meetings of the population association of America*. San Diego, 2015, pp. 1-41.
- SAKAMOTO, L. "Fome, 'filha' de Bolsonaro, também estava nos protestos por seu impeachment". *UOL*, 20/jun./2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/06/20/fome-filha-de-bolsonaro-tambem-estava-nos-protestos-por-seu-impeachment.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 19/jul./2021.
- SMILEY, K. T.; HOWELL, J.; ELLIOTT, J. R. "Disasters, local organizations, and poverty in the USA, 1998 to 2015". *Popul. Environ.*, v. 40, 2018, pp. 115-35.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Lisboa, Fundação Calouste Guibenkian, 1993.
- TUCHMAN, B. W. *The march of folly: from troy to Vietnam*. New York, Random House Trade, 1985.
- WANG, L.; GANAPATI, N. "Disasters and social capital: exploring the impact of hurricane Katrina on Gulf Coast counties". *Social Science Quarterly*, v. 99, n. 1, 2018, pp. 296-312.